

Os espaços Mais Cultura e a Funarte: política pública como ferramenta de criação e difusão cultural

Ana Teresa Araujo Vasconcelos*

Juliana Amaral dos Santos**

Resumo O objetivo deste artigo é discutir a ação “Espaços Mais Cultura” no contexto do Programa Mais Cultura como política pública, que visa qualificar o espaço urbano, particularmente as áreas de vulnerabilidade social, através da implantação de equipamentos culturais. Ao mesmo tempo, os Espaços Mais Cultura poderão se constituir em ferramentas de política pública que se inserem em um quadro de valorização do conhecimento e de construção de novas dinâmicas sociais e culturais a partir da produção da cultura imaterial e da economia criativa. Neste sentido, pretende-se compreender o perfil destes projetos a partir do trabalho de visita técnica e análise dos projetos realizado pela Fundação Nacional de Artes em 2008.

Palavras-chave Funarte; Espaço Mais Cultura; política pública; cultura imaterial; economia criativa.

The ‘More Culture’ Spaces and the National Foundation of Arts – Funarte

Abstract This article discuss the activity of the ‘More Culture’ Spaces in the context of public policies, which aims to qualify urban space, particularly areas of social vulnerability, through the implementation of cultural facilities. At the same time, the *Espaços Mais Cultura* may be included in public policy tools that are part of a framework for development of knowledge and construction of new social and cultural dynamics from the production of immaterial culture and the creative economy. The objective is to understand the profile of these projects, based on technical visits and analysis of projects conducted by the National Foundation of Arts in 2008.

Keywords *Funarte; Espaço Mais Cultura*; public policies; immaterial culture; creative economy

Apresentação

Os Espaços Mais Cultura, uma das ações do Programa Mais Cultura, pretendem qualificar o

* Mestre em História / UFF. Fundação Nacional de Artes. Rua da Imprensa, 16/ 1301- Centro, Rio de Janeiro / RJ. Tel: 2279-8082 / 8187-4969. Email: anavasconcelos@funarte.gov.br

** Graduada em Produção Cultural / UFF. Fundação Nacional de Artes. Rua da Imprensa, 16/ 1301- Centro, Rio de Janeiro / RJ. Tel: 2279-8082 / 9969-2229. Email: julianaamaral@funarte.gov.br

espaço urbano das cidades, particularmente as regiões de intervenção de obras do PAC-Programa de Aceleração do Crescimento, por meio da implantação de centros culturais em áreas marcadas por precários indicadores sociais e pela ausência de produtos ou serviços culturais.

Em 10 de setembro de 2009, o Ministério da Cultura anunciou a inauguração do primeiro Espaço Mais Cultura na cidade de Fortaleza no Ceará¹: o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte de Fortaleza – Cuca Che Guevara. Com um investimento federal de R\$ 2,5 milhões, o espaço agrega um cineteatro, ginásio de esportes, campo de futebol, piscina olímpica, rádio-escola, dentre outros equipamentos construídos especialmente para o atendimento de adolescentes e jovens. Estima-se que o CUCA irá receber cerca de 3.500 jovens por dia.

Este artigo tem como objetivo principal compreender a ação “Espaço Mais Cultura” no âmbito do Programa Mais Cultura como política pública², analisando suas possibilidades dentro do universo da produção da cultura imaterial e da economia criativa, tendo como base o trabalho de visita técnica e análise dos projetos realizado pela Fundação Nacional de Artes.

Assim, primeiramente, faremos uma discussão dos Espaços Mais Cultura no contexto do Programa Mais Cultura. A partir disto, realizaremos uma exposição do contexto e da metodologia de trabalho da Funarte neste projeto, bem como uma análise técnica do perfil dos projetos apresentados. Desta forma, buscaremos compreender esses espaços como ferramenta de política pública de produção e difusão da cultura imaterial e da economia criativa.

Os espaços mais cultura no âmbito do Programa Mais Cultura

O Programa Mais Cultura, instituído pelo Decreto-lei nº 6.226, de 4 de outubro de 2007, reflete, segundo o governo federal, o ingresso do Brasil em um novo ciclo de desenvolvimento em que o reconhecimento da cultura como uma necessidade básica e a formulação e implementação de uma política de Estado para a área são fundamentais para o progresso da nação.

Dentre as diretrizes³ do Programa Mais Cultura estão a garantia de acesso aos bens culturais, a qualificação do ambiente social das cidades, a promoção da diversidade cultural e social e a geração de oportunidades de emprego e renda. Relacionadas a essas diretrizes, estão as linhas de ação⁴ do Programa que determinam metas e ações a serem seguidas e aplicadas com o intuito de cumprir os objetivos das políticas estabelecidas. Os Espaços Mais Cultura estão inseridos na linha de ação Cidade Cultural, que visa ampliar e qualificar a presença dos espaços e equipamentos públicos, aproximando-os dos locais de moradia e vivência de populações em

1 Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2009/09/11/minc-investe-r-8-milhoes-na-implantacao-de-espacos-culturais-em-fortaleza>. Acessado em 26 de outubro de 2009.

2 Matias-Pereira afirma que as políticas públicas devem ser percebidas por seu caráter imperativo, já que se configuram em ações e decisões que envolvem atividade política. MATIAS-PEREIRA, José. *Manual de gestão pública contemporânea*. São Paulo: Editora Atlas, 2008, p. 136.

3 As diretrizes do Programa Mais Cultura são: garantir acesso aos bens culturais e meios necessários para a expressão simbólica e artística; promover a diversidade cultural e social, a autoestima, o sentimento de pertencimento, a cidadania e a liberdade dos indivíduos, o protagonismo e a emancipação social; qualificar o ambiente social das cidades, ampliando a oferta de equipamentos e os espaços que permitem o acesso à produção e à expressão cultural; gerar oportunidades de emprego e renda para trabalhadores das micro, pequenas e médias empresas, assim como empreendimentos de economia solidária no mercado cultural brasileiro.

4 As linhas de ação do Programa Mais Cultura são: Cultura e Cidadania – vê a cultura como fundamento para o processo de construção da cidadania, uma vez que estabelece o universo simbólico em que se manifestam as relações de poder, controle, dominação e exclusão. Cidade Cultural – já explicada acima. Cultura e Renda – esta linha de ação contribui para dotar o país de um novo padrão de financiamento, investimento e fomento à cultura.

situação de vulnerabilidade social, de modo a assegurar a todos os brasileiros, o direito à cultura e ao lazer de qualidade (BRASIL, 2007).

Os Espaços Mais Cultura são a concretização da proposta de implantação ou ampliação de centros culturais, espaços de exposição, teatros, cinemas, bibliotecas, salas de leitura e espaços multifuncionais nas periferias e em sítios centrais da cidade, de forma a assegurar áreas de convívio, lazer e atividade física e promover a qualidade de vida e vivência cultural das populações locais. De acordo com o documento explicativo sobre o Mais Cultura, o Programa estabelecerá uma política de programação dos Espaços investindo na circulação e na seleção qualificada das ações culturais, na capacitação de gestores e na formação e ampliação do público acolhido por esses espaços.

Para implementação desta política, a Fundação Nacional de Artes – por meio de sua Assessoria Especial da Presidência – realizou um trabalho de análise dos projetos apresentados e visitas técnicas que será apresentado e discutido a seguir.

A Funarte e os Espaços Mais Cultura: construção, análise e sistematização

Contexto e metodologia

Conforme já mencionado, o processo de concepção teórica dos Espaços Mais Cultura e o início da aplicação prática do trabalho através de visitas e análises dos projetos apresentados por Estados e/ou municípios foram realizados no segundo semestre de 2008 pela equipe da Assessoria Especial da Presidência da Funarte⁵, sob coordenação do então Diretor Executivo Pedro José Braz, formada por profissionais ingressos na instituição através do Concurso Público de Provisão de Cargos Efetivos do Ministério da Cultura, aplicado em 2006. Tratava-se de uma equipe multidisciplinar, de diferentes níveis de formação e carreiras, integrada por historiadores, comunicólogos, museólogos, produtores culturais, bibliotecários, cientistas sociais, advogados. Tal diversidade contribuiu para a elaboração e reflexão de conteúdos acerca da definição conceitual da ação Espaços Mais Cultura, originalmente denominado Espaços Culturais Multiuso.

O processo de entendimento e conceituação sobre espaços culturais despendeu bastante tempo da equipe na medida em que é uma ideia recente e não há uma definição precisa sobre o assunto. Milanesi afirma que não se trata de um museu, não é um teatro e nem uma biblioteca, é um centro de cultura, ou seja um edifício construído que propaga algo novo, um vocábulo corrente cujo conceito não é facilmente explicitado. É um local onde se deve viver experiências significativas e rever a si próprio e suas relações com os demais indivíduos. Milanesi defende ainda que é da ideia que resulta a ação concreta de uma casa destinada à cultura e torna-se

⁵ Com a criação da Funarte, toda a demanda do Programa de Ação Cultural do MEC passou a ser atendida pela instituição, que recebe então uma demanda do país inteiro distribuída internamente pela Assessoria Técnica da Direção Executiva (atual Assessoria Especial da Presidência), responsável pelos pareceres técnicos das áreas fins, pela finalização dos processos e encaminhamento das decisões finais à diretoria. A princípio, predominava um quadro de profissionais economistas dedicados à preparação burocrática dos processos para formalização de convênios. Com o tempo, a demanda de recebimento de projetos externos aumentou de tal forma que ocasionou mudanças no perfil da Assessoria Técnica, que foi incorporando à sua equipe pessoas com formação diversificada, não comprometidas com nenhuma área artística, ou seja, a ATEC podia pensar, refletir, levantar questões e discutir a política da instituição de uma maneira global e não como a soma das políticas dos centros da Funarte. BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: Funarte e política cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000, p. 72 e 75.

fundamental a definição de sua função, evitando uma construção que desconhece seu papel mediante seu entorno, tornando-se irremediavelmente ordinária.

Diversos autores agregam o surgimento do centro cultural às “crises de identidade” sofridas pelos museus nas últimas décadas devido a razões ainda desconhecidas, mas talvez à globalização, aos recursos tecnológicos que transformaram as artes não só em relação ao seu formato padrão, mas também em relação ao público. A necessidade de mais entretenimento e menos reflexão, apreciação e informação difundida pela mídia faz com que os museus se tornem apenas monumentos históricos integrantes do patrimônio cultural e as obras sejam deslocadas para espaços que em seu conceito garantam uma maior interação com o público, uma diversidade de programação em que muitas vezes a reflexão é dada e não sugerida. Néstor Garcia Canclini instiga a questão ao dizer que a maior criatividade que pode ser observada nos museus é a arquitetônica, e que a agonia das vanguardas, a errática inovação estética e a escassez de novas ideias a respeito da função do museu tentaram ser resolvidas transformando-os em centros culturais ou sociais, onde as artes visuais convivam com livros, espetáculos, vídeos e recursos digitais multimídia. São grandes embalagens chamativas sem a preocupação do que convém colocar dentro ou como comunicar o que será exibido (CANCLINI, 2008, p.66).

A partir do conceito de ação cultural⁶ encontrado no dicionário crítico de Teixeira Coelho (2009) e de leituras complementares, a equipe da AESP definiu um significado para os Espaços Mais Cultura:

“O Centro Cultural Multiuso é uma ação cultural, inserida no contexto de intervenções urbanas executadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento _ PAC em áreas de efetivo risco social, qualificando o processo de urbanização e socialização, por meio de construções/adaptações e equipamento de espaços que deverão proporcionar o acesso a diversas manifestações e produções culturais, atendendo às necessidades locais”.⁷

Analisar os Espaços Mais Cultura como uma ação cultural significa compreendê-los como condições ou meios para que a sociedade produza seus próprios fins culturais num contexto caracterizado por intervenções urbanas para melhoria da condição de vulnerabilidade social.

Sendo os Espaços Mais Cultura os instrumentos oferecidos pelo Estado para auxiliar a sociedade a produzir seus próprios fins culturais, a preocupação fundamental no momento da idealização desses espaços, principalmente porque se trata de uma política pública, é a quem eles se destinam, pois além de a resposta determinar o seu perfil e a sua localização, é importante ter em mente que são as relações que se estabelecem dentro do centro cultural que determinam seu conceito e seu progresso. Assim, é importante levar em consideração o sentimento de pertencimento do público em relação ao espaço criado teoricamente para ele,

6 Segundo Teixeira Coelho, ação cultural é um processo de criação de condições necessárias para que a sociedade produza seus próprios fins culturais.

7 Este conceito de Espaço mais cultura foi elaborado pelos servidores que integravam a Assessoria da Presidência da Funarte entre julho e outubro de 2008, tendo por base o trabalho de pesquisa bibliográfica, visita técnica, análise dos projetos apresentados bem como orientações recebidas por parte do Ministério das Cidades e da Diretoria Executiva da Funarte. Sobre isso ver: COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural – cultura e imaginário*. São Paulo: Ed. Iluminuras, 1999 e MILANESI, Luís. *A casa da invenção*. São Paulo: Ateliê Editorial, 3ª edição, 1997.

sendo fundamental sua localização em áreas centrais, de fácil acesso, garantindo a diversidade cultural de sua proposta.

Porém o indivíduo que não está situado na área central não se sente atraído por essa ação, o Espaço não se faz acolhedor e estimulante e sim reflexivo e inibidor de sua própria diversidade. São lugares feitos para todos, mas que não proporcionam atividades abrangentes a todo o tipo de público, por isso a falta de pertencimento de alguns grupos sociais a essas ações, que reforça a ideia tão difundida e criticada de que pobre não tem cultura.

No momento da idealização da maioria dos Espaços Culturais não há o reconhecimento da capacidade efetiva dos indivíduos de classes populares participarem de exposições de arte e de as mesmas serem concebidas mediante a participação deles. Peter Burke coloca que a recepção popular não é uma folha em branco; e Bourdieu (BOURDIEU Apud DABUL, 2008) traz uma questão relevante: a capacidade diferenciada dos indivíduos adquirirem o que ele chama de disposição estética, uma competência e inclinação para reconhecer como artísticos objetos valorizados como tais no campo artístico. Essa disposição está profundamente vinculada à capacidade de o ator social ter acesso ao código que classifica esses objetos como artísticos. Canclini (CANCLINI Apud DABUL, 2008) endossa Bourdieu ao sustentar o processo de contextualização pedagógica, considerando a mediação um procedimento consciente de indução do público a uma leitura das atividades propostas, defendendo ainda o indivíduo como produtor ativo de significados.

Ao construir uma definição para os Espaços Mais Cultura, a equipe da AESP – Funarte concluiu que eles têm a obrigatoriedade de não ser apenas um monumento que garanta status social, de não proporcionar apenas entretenimento, mas também reflexão e informação diferentes das proporcionadas pelas mídias habituais acessadas pelo público em questão. Uma vez que os Espaços Mais Cultura são instalados em regiões periféricas das cidades, constatou-se a necessidade de levar em consideração o pertencimento do público-alvo e reconhecer que o projeto deve ser construído para e com a população, de forma a proporcionar uma vivência mais próxima com sua própria realidade por meio da arte, facilitando e estimulando a recepção do significado artístico pelo indivíduo.

Além disso, mediante as análises técnicas, a equipe da AESP verificou a importância de os Espaços Mais Cultura constituírem uma política pública de informação, discussão e criação. A discussão das informações deve ser uma busca constante de indicação de novos caminhos para superar dificuldades e para a criação, um objetivo permanente de um centro de cultura e elemento indispensável para a existência da ação cultural. Disseminar e discutir o conhecimento permanentemente leva as pessoas a desvelarem as aparências, desmontarem os engodos, fazerem a sua própria cabeça para se chegar a outra etapa do circuito da produção do conhecimento, não esgotando de forma alguma a ação cultural (MILANESI,1997), aqui empregada por meio dos Espaços Mais Cultura.

Além das bases teóricas consultadas, outros documentos foram utilizados como referência para melhor entendimento das possibilidades de investimento. Uma dessas fontes foram tabelas do Programa de Aceleração do Crescimento fornecidas pelo Ministério das Cidades onde é identificado o tipo de intervenção, se urbanização ou saneamento integrado, ambas com a intervenção sócio-cultural; se a parceria do governo federal se dá em nível estadual ou municipal, ou com ambas as esferas de governo; e onde identifica qual o município e região municipal sofrerá a intervenção do PAC e quais equipamentos culturais ele possui.

Toda a análise descrita acima foi elaborada com base nas propostas dos projetos repassados do

Ministério da Cultura para a Funarte. Após as leituras e as pesquisas, foi estabelecida uma equipe para avaliar as informações e as condições adequadas para a construção e/ou equipamento dos Espaços propostos em seis cidades. Visitas técnicas foram então realizadas seguindo um protocolo de identificação situacional das obras do PAC e do envolvimento do governo local e da comunidade, adotando os seguintes critérios: diagnóstico do território; público alvo e público beneficiário; função da unidade cultural proposta; gestão e sustentabilidade; orçamento; e situação das obras nos espaços de instalação dos centros culturais. Como registro das visitas, foram elaborados dossiês avaliativos em que constavam informações detalhadas colhidas na pesquisa de campo: participantes das reuniões; resumo da proposta; situação do Espaço; características da área; população beneficiada; dados orçamentários; diagnóstico da visita; possibilidades de gestão e sustentabilidade; e documentação apresentada no projeto e na visita. A Funarte, através da sua Assessoria Especial da Presidência, elaborou uma documentação completa sobre a implementação dos Espaços Mais Cultura, que foi encaminhada à Secretaria de Articulação Institucional/MinC quando da ocasião da mudança de gestão da Funarte, em fins de 2008.

Os projetos

Ao analisar o perfil, distribuição e o processo de democratização de espaços de cultura no país, Frederico Silva (2007) nos mostrou que a densidade da oferta de equipamentos por município apresenta relação com o desenvolvimento socioeconômico da região. Além disso, sua oferta obedece ainda a motivações locais sem esforços de quaisquer das três esferas de poder na elaboração de políticas de criação e utilização de espaços culturais. Ao contrário, estes surgiram de maneira aleatória de acordo com razões históricas e não como fruto de políticas públicas.

De acordo com dados do IBGE (BRASIL, 2009), cerca de 25% dos municípios possuem centros culturais no Brasil, sendo que as regiões Sul e Sudeste são as que apresentam um maior número deste equipamento por município.

Contudo, a existência de um determinado equipamento cultural não é capaz de nos dizer algo sobre seus usos e apropriações pela população do local, ou mesmo se ele está alcançando seus objetivos (BARROS e ZIVIANI, 2009), visto que para além de existir são necessárias políticas de promoção deste espaço viabilizando e ampliando o acesso do cidadão comum.

A potencialização do uso dos equipamentos, conforme apontou Silva (2007), poderia se dar por meio da abertura de novas possibilidades de sua adequação para suportar diversas práticas, ou seja, dotá-los de multifuncionalidade.

Nesse sentido, em 2007, o governo federal instituiu o Programa Mais Cultura e por meio do Ministério das Cidades e Ministério da Cultura convocou os representantes dos Estados a apresentarem projetos de espaços culturais multiuso, conforme era denominada esta ação à época.

Das 26 capitais, quinze apresentaram projeto de construção e implantação de centro cultural acompanhadas pelo Distrito Federal. A cidade de São Paulo foi a que apresentou mais projetos, quatro no total: Paraisópolis, Jardim Nazaré, Jardim São Francisco e Jardim Fernanda, sendo que este último necessitava de uma adaptação a fim de se enquadrar no perfil do Programa.

A localização geográfica proposta para cada um desses espaços é a região de periferia das cidades, locais de extrema vulnerabilidade social, marcados por baixos índices de desenvolvimento humano, criminalidade e ausência de equipamentos culturais. Na maioria dos

casos, a implantação se daria em áreas de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento, acompanhando dessa forma um conjunto de ações de caráter social e de saneamento ao qualificar o espaço com o objetivo de melhorar a vida de seus moradores por meio da intervenção do Estado em locais até então abandonados.

Um outro dado importante sobre a apresentação desses projetos se refere ao caráter do agente público responsável por sua elaboração e a existência ou não de parcerias entre as esferas de poder envolvidas. Constatamos que dos 19 projetos, 11 foram propostos por Municípios, seis por Estados, um pelo Distrito Federal e somente um deles foi resultado de uma parceria entre os governos estaduais e municipais. Esta exceção deve-se ao trabalho realizado em conjunto entre o governo do estado de Pernambuco e os governos dos municípios de Recife e Olinda em torno do projeto Refinaria Multicultural Nascedouro de Peixinhos. Em todos os casos, a secretaria de cultura local, ou seu órgão equivalente como uma fundação de cultura, estava de alguma forma participando da elaboração do projeto e ou da proposta de gestão futura do espaço.

Contudo, ao analisarmos a participação da comunidade na elaboração do projeto e proposta de gestão, verificamos primeiramente que nenhum dos projetos indicava que a comunidade havia participado ativamente de sua construção. Infelizmente, os dados quanto a esta questão são imprecisos, pois por meio das visitas técnicas aos seis primeiros projetos, a equipe da Funarte pode constatar que apenas nas cidades de Belém e Recife esta participação ocorreu, porém em intensidades diferentes, conforme a relação sociedade e poder público local. Além disso, verificou-se que apenas naqueles mesmos projetos houve a inclusão da população do entorno do futuro espaço cultural na proposta de gestão do espaço.

Dos 19 projetos apresentados e avaliados, dez tinham a biblioteca entre uma das principais funcionalidades de seus espaços. Contudo, nenhum dos projetos apresentava uma proposta de atividade para a biblioteca de forma a implementar uma política de ampliação e conquista de novos leitores. Em sua maioria, as bibliotecas possuíam, no máximo, computadores com acesso a internet, mas também sem uma proposta de utilização. Assim, concluímos que esses espaços seriam apenas local de reserva de acervo disponível à população interessada. Milanesi (1997) nos mostrou que as bibliotecas públicas no Brasil se reduziram a acervo literário em oposição às bibliotecas de outros países que se definem como espaços informativos onde o usuário pode ter acesso por diferentes veículos ao tema de seu interesse.

Outro dado a se destacar é a presença de espaços de mídias digitais, registrado em 6 projetos, entre os quais devemos sublinhar o projeto da cidade de Florianópolis – Animando a Cultura - que diferenciava-se dos demais ao propor a implantação de um espaço voltado para a formação técnica de jovens e adultos aliada à produção e distribuição de conteúdos cinematográficos em suporte digital, que seria trabalhado por meio de oficinas permanentes de animação (desenho e computação gráfica), produção audiovisual (com conteúdo educativo e cultural em suporte digital, baseados nas histórias da cultura popular de Florianópolis e Santa Catarina), capacitando mão de obra para o mercado de trabalho de tecnologia da informação e comunicação, em especial *games* e cinema de animação.

Merece ressaltar outras duas características presentes nesses projetos dos Espaços Mais Cultura: a presença de espaços de convivência e locais para prática de esportes. O primeiro está presente em seis dos projetos, enquanto o segundo em apenas um (caso do CUCA da cidade de Fortaleza), fatos que nos levam a questionar e refletir sobre o conceito de cultura que vigora na elaboração destes projetos, muitas vezes distantes das ideias de lazer e entretenimento que também são experiências culturais. .

Além disto, seis projetos apresentavam “sala multiuso” e 11 “sala para oficinas e cursos”, em oposição à quase ausência de salas tecnicamente preparadas para aulas de dança, de música ou de artes plásticas por exemplo. Esta situação reflete a falta de planejamento e definição quanto às atividades a serem desenvolvidas nos espaços e até mesmo um desconhecimento das demandas locais por parte do agente público proponente.

Interessa deixar em evidência a singular e fundamental iniciativa do governo federal na elaboração de uma política pública que tem por objetivo construir e implementar centros de cultura em regiões de extrema vulnerabilidade social e exclusão acompanhados de outras ações de transformação do espaço urbano local.

Entretanto, devemos também analisar alguns aspectos que merecem espaço nas mesas de debates. Como apontou Milanesi (Idem), um centro cultural – localização, programa e forma - é em si uma maneira de ver a atividade cultural, sendo que são estas que definem o conceito de ação cultural. Ao ir até um centro cultural, o cidadão não deve visitá-lo mas sim viver uma ou múltiplas experiências que o levem a uma leitura crítica do seu mundo, tendo em vista que as atividades culturais não devem ser realizadas para as pessoas mas com elas. Em outras palavras, é o processo de construção das atividades e o relacionamento que se articula entre os vários agentes dentro do espaço cultural, que o definem.

Nesse sentido, a relação com seu público-alvo vai delinear as ações e representações presentes no centro cultural. Logo, antes mesmo de esboçar o seu desenho era preciso que os agentes responsáveis por tal tarefa se perguntassem: que público queremos atingir? Como chegaremos até eles? O que essas pessoas fazem com seu tempo de lazer? Quais suas demandas culturais?

É emergencial discutirmos em que bases será estabelecida a programação desses espaços, como será sua gestão e até mesmo sua proposta de sustentabilidade, pois afinal centros culturais também precisam de pessoas trabalhando, pagam contas de luz e telefone por exemplo.

Se passarmos a construir centros culturais sem pensarmos na própria construção do relacionamento entre as pessoas que de fato irão constituir estes centros, dando-lhes energia, reflexão e criatividade, estaremos mais uma vez erguendo monumentos de concreto, e só.

Todos os projetos apresentados foram pensados a partir dos espaços físicos disponíveis para utilização e não a partir das pessoas, suas demandas, suas relações com a comunidade e experiências. Assim, o “prédio-monumento” vem antes das pessoas que irão teoricamente experimentá-lo em suas múltiplas funcionalidades. Ao mesmo tempo, poucos projetos se preocuparam em delinear, mesmo que em rascunho, um plano de sustentabilidade e de gestão, o que nos mostra, por um lado, uma deficiência considerável em planejamento e por outro, um perigo de vida útil muito curta para estes centros culturais.

Neste sentido, os projetos necessitam ser redesenhados com base na construção de diálogos entre seus órgãos proponentes, público-alvo e gestores públicos do Ministério da Cultura de maneira que os espaços implantados nas áreas de vulnerabilidade social possam fazer parte das comunidades atingidas por ele e vice-versa.

E, assim os “Espaços Mais Cultura” passam a representar uma iniciativa importante dentro das políticas públicas federais de cultura ao buscar atingir as áreas de maior carência social, abrindo possibilidades para a produção da cultura imaterial, podendo inclusive se constituir em ações multiplicadoras de reflexão, criatividade, experimentação e diálogo entre as pessoas.

Espaços Mais Cultura: possibilidade de produção e difusão da cultura imaterial brasileira

Sabe-se que cultura imaterial é toda manifestação que não se dispõe na materialidade, mas no campo das ideias, sendo de extrema importância para o desenvolvimento da cultura de um povo. Na contemporaneidade, as maiores riquezas das nações não são mais produtos industrializados, mas capital intelectual, diversidade cultural, tradições e potencial para a criatividade. Segundo Leticia Vianna (2004), o Estado deve criar condições para que os indivíduos tenham sempre motivações para manter vivo seu patrimônio cultural.

Vivemos a época de um capitalismo cognitivo, em que a produção, a difusão e o consumo não são tão mensuráveis e dependem da comunicação em rede para funcionar. O capital de hoje é o conhecimento que precisa ser muito difundido – tornar-se coisa pública – e pouco socializado – para não se tornar senso comum (COCCO e VILARIM, 2009). O recurso básico nessa produção é a informação, objeto de formação do conhecimento, elemento fundamental na valorização da criatividade.

É nesse contexto em que se inserem os Espaços Mais Cultura na medida em que se propõem a trabalhar com a matéria-prima da produção imaterial – ideias, imagens, afetos e relações – e com seus produtos – informações, conhecimento e bens culturais. Esses espaços, como política pública, obrigam-se a estimular a circulação de ideias, de reflexões, de afetos e de relações entre o público visitante, a arte e seu cotidiano. A partir desse estímulo, tem-se com mais facilidade a produção do conhecimento, a assimilação de informações, a elaboração de questionamentos e o acesso aos bens culturais. A proposta dos Espaços Mais Cultura poderá atuar como na abertura de possibilidades da produção de cultura imaterial e do cultivo do saber vivo, cuja atividade constante é fazer com que o indivíduo produza a si mesmo.

Considerando a produção cultural imaterial brasileira como patrimônio, os Espaços Mais Cultura vão ao encontro ainda das diretrizes do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial⁸, do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na medida em que buscam a promoção da inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial. Além disso, os espaços poderão colaborar na ampliação da participação de grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial, oferecendo à sociedade uma programação composta por manifestações artísticas que espelham a diversidade cultural brasileira, em suas diferentes possibilidades de produção cultural, desde a ciranda, o cordel e a lenda, até a produção desses conteúdos em mídias digitais.

Os Espaços Mais Cultura surgem num momento de valorização do conhecimento e devem constituir, desta forma, instrumentos primordiais no desenvolvimento e difusão da informação, não aquela dada cotidianamente pelo senso comum, mas a que resulta na reflexão e na formação do indivíduo como cidadão. O conteúdo produzido pelas atividades que constituirão o espaço cultural deve preencher os “cérebros disponíveis” (TOLILA, 2007) para o excesso de informação desqualificada e desmonopolizar o “tempo de consciência usurpado” (Idem) pela massificação cultural. A informação com teor educativo, formativo e reflexivo é estímulo para a constante produção de criatividade, objetivo principal de todo centro cultural.

É nesse contexto que os Espaços Mais Cultura poderão se inserir em um quadro que demonstra a

⁸ O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial é instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.

formação de uma nova dinâmica de processos e modelos sociais, culturais e econômicos. Assim, destacam-se a globalização, as novas mídias, a valorização do conhecimento e o reconhecimento da criatividade como recurso básico de uma economia pautada por uma nova arquitetura de relações (REIS, 2008), que busca entender a cultura e a construção de capital humano como elementos fundamentais para o desenvolvimento do país.

Apesar das dificuldades encontradas pelos proponentes dos projetos – governos estaduais e /ou municipais – a proposta da ação dos Espaços Mais Cultura tem as possibilidades de se constituir como artefato fundamental de produção, reflexão e difusão da cultura imaterial brasileira e se estabelecer como fator catalisador da economia criativa num território em que o acesso à cultura se dá de forma frágil, em que os indivíduos necessitam de mudanças de paradigmas e de possibilidades para a construção de uma nova realidade em que eles se constituam e reconheçam como cidadãos.

Considerações finais

A tarefa de formulação e implantação de uma política pública deve envolver múltiplos agentes públicos e privados, além de integrantes da sociedade civil. A participação do cidadão neste processo está relacionada à própria democratização do Estado na construção de suas políticas e da transparência de suas ações.

Ao discutirmos o cenário das políticas públicas de cultura no Brasil, percebemos que ainda precisamos avançar muito na construção do planejamento, do diálogo com o cidadão e da responsabilização.

Devemos, portanto, conjugar os verbos construir e experimentar. São estes verbos que irão nos possibilitar a abertura de novos e mais produtivos canais de comunicação entre o Estado e a sociedade. Reconhecemos iniciativas já existentes de Conselhos na esfera federal que já caminham com esta proposta. Contudo, precisamos ouvir as comunidades locais das regiões onde se pretende construir ações de alteração da realidade social.

A ação “Espaços Mais Cultura”, como política pública no âmbito do Programa Mais Cultura, constitui uma iniciativa importante no cenário federal, na medida em que tem como objetivo implantar espaços de cultura em locais de vulnerabilidade social, onde a oferta de serviços ou produtos culturais é quase nula e as pequenas ações partem exclusivamente da população. De forma geral, os projetos de Espaço Mais Cultura baseiam-se em três pilares: preservação da memória local, capacitação de mão de obra da população do entorno e difusão da cultura regional, demonstrando as inúmeras possibilidades de propagação e valorização da cultura imaterial nas diferentes regiões do país através desta ação.

Porém, a análise dos projetos apresentados mostra-nos a enorme distância que há entre a formulação de uma política e sua implementação. Neste sentido, constatamos fatores determinantes desta situação: desconhecimento das demandas locais, falta de diálogo com a comunidade alvo da ação, inexistência de parcerias dentro dos governos estaduais e municipais, deficiências conceituais e técnicas no projeto.

Erguer monumentos símbolos de uma administração ou governo, como marcos da modernidade e da inclusão social, é extremamente fácil, porém caro aos cofres públicos. Por outro lado, construir espaços nos quais seja possível experimentar e vivenciar momentos e relações culturais

significa fortalecer a democracia e redefinir a participação cidadã na sociedade.

Artigo recebido em 18/12/2009. Aprovado em 24/02/2010

Referências

BARROS, José Márcio, ZIVIANI, Paula. “Equipamentos, meios e atividades culturais nos municípios brasileiros: indicadores de diferenças, desigualdades e diversidade cultural” In: CALABRE, Lia (Org.) *Políticas Culturais: reflexões e ações*. São Paulo: Itáu Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

COCCO, Giuseppe; VILARIM, Gilvan. “O capitalismo cognitivo em debate”. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, volume 5, nº 2, setembro de 2009.

BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: Funarte e política cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

_____. *Programa Mais Cultura: Mais Brasil para mais brasileiros*. Brasília: Outubro de 2007.

_____. *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais 2009*. Brasília: Minc, 2009

CANCLINI, Nestor Garcia. *Leitores, espectadores e internautas*. Tradução Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural – Cultura e Imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

DABUL, Lígia. “Museu de grandes novidades: centros culturais e seu público”. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p.257-278, jan./jun. 2008.

MILANESI, Luís. *A casa da invenção*. São Paulo: Ateliê Editorial, 3º edição, 1997.

REIS, Ana Carla Fonseca. “Transformando a criatividade brasileira em recurso econômico”. In: *Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. Org. Ana Carla Fonseca Reis. São Paulo, Itáu Cultural, 2008.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. Economia e política cultural: acesso, emprego e financiamento. *Coleção Cadernos de Políticas Culturais*. Vol. 3. Brasília: Minc, IPEA, 2007

TOLILA, Paul. *Cultura e Economia. Problemas, hipóteses, pistas*. Tradução Celso M.

Paciornik. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007.

VIANNA, Leticia C.R. “Legislação e preservação do patrimônio imaterial: perspectivas, experiências e desafios para a salvaguarda das culturas populares”. In: *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*, vol.1. n.1, 2004.